



Dinâmica regional recente da economia paranaense e suas perspectivas: diversificação ou risco de reconcentração e especialização produtiva

Jaime Graciano Trintin* e Antonio Carlos de Campos

Departamento de Economia, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: jgrintin@gmail.com

RESUMO. O artigo evidencia as transformações ocorridas na economia paranaense a partir do processo de desconcentração da estrutura produtiva regional e integração da economia brasileira. A ênfase recai sobre as alterações na sua inserção no mercado nacional, predominantemente produtora de bens de consumo não duráveis e bens intermediários, ou avança na produção de bens de capital e bens de consumo duráveis. O trabalho esboça alguns traços mais marcantes do desenvolvimento industrial do Paraná a partir de meados da década de 1980 do século passado e se estende até a atualidade. Os resultados do trabalho demonstraram que o esforço industrializante promovido pelo Estado desde o ciclo expansivo dos anos 1970 e mais recentemente nos anos 1990, possibilitou maior diversificação da economia do Paraná, especialmente em direção aos bens de consumo duráveis e bens de capital, com destaque para o metal mecânica. Entretanto, este processo foi menos intenso na grande maioria de suas mesorregiões, embora não indique tendência de especialização produtiva.

Palavras-chave: economia paranaense, desconcentração industrial, especialização produtiva.

Recent regional economic dynamics in the State of Paraná, Brazil, and its prospects: diversification, re-concentration risk and productive specialization

ABSTRACT. Current paper evidences the changes which occurred in the economy of the state of Paraná, Brazil, as from the decentralization process of the regional productive structure and the integration of Brazilian economy. Changes in its inclusion on the national market are underscored whether it is predominantly the producer of non-durable consumer goods and intermediate goods or whether in the production of capital goods and durable consumer goods. Research outlines some of the most striking features of the industrial development of the Paraná from the mid-1980s up to the present. Results show that industrialization promoted by the state from the expansive cycle of the 1970s and more recently in the 1990s which provided greater diversification of the economy of the state of Paraná, especially towards consumer durables and capital goods, especially metal mechanical factories. However, this process is less intense in most of its meso-regions although a trend towards greater specialization is not indicated.

Keywords: Paraná's economy, industrial decentralization, productive specialization.

Introdução

A discussão do desenvolvimento regional no Brasil nos anos 1990 foi marcada pela questão da desconcentração econômica da produção industrial brasileira. A ênfase recaía sobre a perda de participação relativa da economia do Sudeste brasileiro, mais especificamente da economia paulista ante as demais regiões do país. O esforço teórico estava centrado nas explicações desse processo e a perda de dinamismo do mesmo quando da crise da dívida dos anos 1980 e que se estendeu até princípios dos anos 1990.

A partir dos anos 1990, com o processo de entrada de novos capitais na economia brasileira,

notadamente de investimentos diretos, passou-se a questionar as possibilidades de diferenciação regional, isto é, ganhou força no cenário nacional o questionamento das possibilidades de haver desenvolvimento nas demais regiões do país, principalmente a partir da perspectiva de uma diferenciação da estrutura produtiva regional.

Em outros termos, passou-se a questionar o modelo implantado quando da unificação do mercado nacional, que fora fortemente baseado em princípios de 'solidariedade' entre as regiões e deu-se ênfase na existência de novos mecanismos que, entre outras coisas, poderiam levar a uma ruptura desse modelo e imprimir às economias regionais a

especialização produtiva, principalmente em um contexto de ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional e forte penetração dos grandes capitais no espaço nacional.

Assim, o objetivo do artigo é evidenciar as transformações ocorridas no setor industrial paranaense, principalmente quanto à diferenciação de estrutura produtiva industrial, se notadamente voltada para a produção de bens de consumo não duráveis e bens intermediários, evidenciando certa especialização produtiva como preconizado, ou se ganhou importância a produção de bens de consumo durável e bens de capital. Por outro lado, pretende-se, também, verificar se a economia paranaense apresenta essa diferenciação em suas principais regiões.

Para atingir esse objetivo, o trabalho encontra-se organizado em mais três seções, além da introdução e das considerações finais. A segunda seção apresenta, de maneira sucinta, os procedimentos metodológicos, evidenciando a forma de tratamentos dos dados, bem como suas respectivas fontes. Na sequência, a terceira seção evidencia a revisão de literatura econômica pertinente a questão da desconcentração e tendência a especialização produtiva. A quarta seção trata dessas mudanças no âmbito da economia paranaense, procurando evidenciar seu padrão de desenvolvimento.

Procedimentos metodológicos

Enquanto procedimento metodológico, este trabalho utiliza-se de um instrumental teórico e analítico, procurando evidenciar, a partir de dados empíricos sobre a economia paranaense, as hipóteses levantadas por correntes de pensamento sobre os aspectos da concentração e desconcentração e especialização produtiva regional.

Com esta perspectiva, e para atingir o objetivo deste artigo, utilizou-se da análise estatística descritiva que, segundo Silva e Gonçalves (1999), refere-se à estatística que trata da descrição de um conjunto de informações e de dados já coletados a partir de censos, anuários estatísticos ou estimativas realizadas. A partir das informações coletadas procura-se inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento das variáveis a serem analisadas.

Neste estudo, a metodologia utilizada para coleta de dados dividiu-se em pesquisa bibliográfica, onde se partiu de um referencial teórico e analítico existente acerca da problemática do desenvolvimento regional brasileiro e, por extensão, o paranaense, publicados em livros, teses, censos, institutos de pesquisa e artigos científicos. Posteriormente, se fez uso da análise estatística

descritiva a partir da elaboração de tabelas com o objetivo de evidenciar as transformações ocorridas na estrutura industrial paranaense, bem como sua distribuição espacial e especialização produtiva entre as mesorregiões do Estado.

A base de dados utilizada para a referida análise consistiu-se nas informações de Valor Adicionado publicados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), por meio de relatórios e tabulações especiais referentes aos anos de 2000, 2008 e 2011.

O processo de desaceleração da desconcentração da estrutura produtiva regional brasileira e suas implicações regionais

Esse artigo utiliza como referencial teórico a reflexão realizada sobre o desenvolvimento regional brasileiro nos anos 1990, especialmente quanto ao processo de desconcentração regional e especialização produtiva. Nesta discussão, destacam-se autores como Wilson Cano, Carlos Américo Pacheco, Campolina Diniz, Leonardo Guimarães, entre outros, que argumentam que o processo de desconcentração da indústria brasileira, observado entre meados dos anos 1970 para os anos 1980, incorreria em uma inflexão, com risco de concentração e especialização produtivas das demais regiões brasileiras. Tal fato ocorreria em razão do processo de globalização ao qual fora submetida a economia brasileira nos anos 1990. É com esta perspectiva teórica e analítica que o presente trabalho procura analisar a economia paranaense com vistas a existência de tendência quanto a sua especialização produtiva, notadamente no período da primeira década do século XXI.

O processo de desconcentração da estrutura produtiva da economia nacional foi marcado por dois movimentos distintos: o primeiro, pela desconcentração produtiva que se deu a partir de meados da década de setenta e se estendeu aproximadamente até o ano de 1985. Este processo foi fortemente comandado pelos investimentos públicos na infraestrutura econômica, na modernização agrícola e na implantação da indústria pesada no país, ocorridos predominantemente no II PND. O segundo movimento foi caracterizado pela desaceleração desse processo de desconcentração e se estendeu de 1985, quando se saiu da crise do início dos anos 1980 e se estende aos primeiros anos da década de 1990 do século passado, mais precisamente antes da implantação do Plano Real.

Nesse período de consolidação do processo de integração do mercado nacional e de desconcentração da estrutura produtiva evidencia-se o crescimento da participação relativa das demais

regiões e de alguns Estados da Federação ante a participação do Sudeste do país. Em particular, na região Sul chama a atenção o crescimento da participação da economia paranaense, inclusive, sendo responsável para elevação da participação da região Sul no total nacional (TRINTIN, 2001).

É importante destacar o fato de que no primeiro período da desconcentração econômica, período este de implantação da indústria pesada no país, a economia de São Paulo apresentou excelentes taxas de crescimento econômico. Assim, reforça-se a hipótese de que o crescimento da participação relativa dos demais Estados brasileiros e de suas regiões deu-se porque obtiveram ótimas taxas de crescimento de seu produto industrial, e não por um processo de estagnação econômica industrial do Estado de São Paulo.

No segundo período da desconcentração econômica regional, embora o comportamento da participação relativa dos Estados no PIB Industrial seja muito heterogêneo, há uma tendência de estabilização do processo entre os anos de 1985 e 1995. Conforme dados apresentados por Cano (1998, p. 318), no Sudeste, o Estado de Minas Gerais continuou apresentando elevação na sua participação relativa e São Paulo manteve tendência de queda, quando declinou de 44,0% para participar com 41,0%. A região Nordeste, por sua vez, desacelerou a tendência observada anteriormente e manteve sua participação em torno dos 12,0%, enquanto o Norte praticamente manteve sua participação próxima aos 4,0% e o Centro-Oeste passou de 2,1 para 3,6%, em decorrência da expansão do agronegócio para esta região.

Em termos gerais, pode-se afirmar que esse processo de desconcentração é muito menos intenso do que o observado em período anterior. Entre os autores que discutem a questão, há consenso no sentido de que a desconcentração da estrutura produtiva da economia nacional perdeu fôlego a partir dos anos 1980, principalmente em razão da crise econômica que se evidenciou nessa década e que afetou mais fortemente a economia paulista.¹

Na explicação desse processo de desconcentração não se pode desconsiderar a importância da atuação do Estado para maior desenvolvimento das forças produtivas do país e, conseqüentemente, para uma maior dispersão espacial tanto do setor agrícola quanto industrial. No entanto, outros fatores também contribuíram para este processo, que em conjunto produziram e estão produzindo um novo padrão de distribuição produtiva da economia brasileira (DINIZ, 1993).

O processo de desconcentração só foi possível porque existiram em outros lugares processos novos de economias de aglomeração e, portanto, puderam exercer o efeito de aglutinação em seu entorno. Porém, para a existência dos mesmos foi de fundamental importância a atuação do Estado, tanto através da esfera Federal como da atuação dos governos estaduais, e do próprio comportamento do setor privado que buscava consolidar posições competitivas no mercado nacional.

No que se refere às atividades baseadas em recursos naturais, argumenta-se que à medida em estes começam a ser explorados estas tendem a se localizar nas proximidades das áreas detentoras destes recursos em decorrência dos custos de transporte. Assim, o custo de transporte tende a favorecer a aglutinação de indústrias processadoras perto das fontes fornecedoras desses recursos. No caso do Brasil, esse processo é bastante notório, uma vez que o próprio espaço geográfico do país foi ocupado tendo em vista a busca de recursos naturais, principalmente em uma fase inicial de seu desenvolvimento industrial. Em face disso, e com a expansão da agricultura, da mineração e da silvicultura, passaram a ser importantes setores na economia do país e por seu crescimento, ajudam a explicar o processo de desconcentração industrial. Por sua vez, o próprio crescimento industrial do país e as necessidades de exportação levaram a um aumento e diversificação da pauta produtiva, tanto agrícola como mineral que, em um primeiro momento, deram-se mais através da incorporação de fronteira do que de aumento de produtividade.²

Quanto à unificação do mercado nacional, pode-se afirmar que a mesma foi extremamente importante no sentido de promover a mudança nas bases técnicas da produção no âmbito do mercado interno brasileiro, pois, até então, coexistiram empresas com tecnologias extremamente rudimentares voltadas para os mercados locais, com empresas de médio e grande porte de outro, mas com potencial para atender o mercado nacional. Com a unificação, superou-se esta fase e exigiu que capitais regionais se submetessem à concorrência no plano nacional, portanto, que se adaptassem às novas regras de competição intercapitalista. Por outro lado, se este processo criou obstáculos à permanência no mercado de pequenas e médias empresas em determinados setores, por outro levou a que grandes empresas passassem a ocupar mercados em diversas regiões com vistas à criação de barreiras a entrada, promovendo a diferenciação da estrutura produtiva regional no país.³

¹Nesse particular ver os trabalhos de Guimarães Neto (1995, p. 37); Diniz (1993, p. 58); Cano (1998, p. 330) e Pacheco (1998, p. 223).

²Ver, principalmente, Diniz (1987).

³Sobre esta questão ver o trabalho de Guimarães Neto (1995).

Por sua vez, a questão da regionalização da pesquisa, do trabalho profissional e da renda, foram elementos que, contrariamente aos demais, se constituíram em obstáculos ao processo de desconcentração industrial. Segundo alguns estudos, a pesquisa tem sido um fator extremamente importante para promover o crescimento e, assim sendo, as regiões que apresentam maior participação nestas atividades estão em melhores condições de atrair atividades industriais. Portanto, ao se considerar o caso brasileiro, é notória a grande participação destes centros de ensino e pesquisa, principalmente no Estado de São Paulo, no processo de crescimento econômico.

Quanto à concentração regional e pessoal da renda, que historicamente foram utilizadas com vistas a assegurar a demanda de bens industriais, argumenta-se que elas também contribuíram decisivamente para a localização de atividades industriais brasileiras. Desse modo, a concentração industrial prévia e a desigualdade do potencial de realização de pesquisa e de alta concentração da renda têm contribuído para que o Estado de São Paulo apresente as melhores condições de localização de atividades industriais e de alta tecnologia, se estendendo pelo corredor que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre (DINIZ, 1993).

Porém, a partir dos anos 1990, com o processo de entrada de novos capitais para a economia brasileira, notadamente de investimentos diretos, seja em razão do processo de abertura econômica ou devido às privatizações em curso e mesmo das denominadas guerras fiscais, há uma nova configuração na distribuição da produção regional. Tal fato tende a colocar regiões outrora produtoras quase que exclusivamente de produtos primários (matérias primas e alimentos) em posição de destaque na produção de bens manufaturados, inclusive, bens de consumo duráveis e bens de capital.

Entre os autores que discutem essa inflexão do processo de desconcentração, toma importância o trabalho de Cano (1998, p. 331-332), que analisa e identifica os principais fatores que teriam contribuído para essa inflexão e, entre eles, estão:

- o desmantelamento do Estado nacional e de outros órgãos de desenvolvimento regional, principalmente a partir do governo Collor;
- a abertura comercial feita de modo irresponsável, com efeitos perversos sobre vários segmentos produtivos;
- o esgotamento dos impactos dos investimentos do II PND a partir de 1985, devido à sua maturação;
- A debilidade fiscal e financeira do governo federal e dos estaduais, causando diminuição nos níveis de investimentos em infraestrutura econômica;

- a diminuição dos preços reais de produtos básicos, que se refletiu de modo negativo sobre o crescimento das exportações;

- a diminuição das exportações de bens manufaturados das indústrias tradicionais e

- a localização dos investimentos de informática, microeletrônica, telecomunicações e automação, associada à forma reconcentradora da atual reestruturação do país, principalmente em São Paulo.

Se a existência desses fatores foi determinante para o bloqueio à continuidade do processo de expansão da economia nacional e, conseqüentemente, para a maior desconcentração espacial da estrutura produtiva do país a partir de 1985, no entanto, Cano (1998) não desconsidera a existência de outras determinantes que atuaram no sentido de favorecer a desconcentração econômica. Entre elas, destacam-se:

- a realização de investimentos na extração e refino de petróleo;

- o avanço da agricultura para novas áreas e junto dela os projetos agroindustriais;

- a existência de algumas políticas estaduais de incentivo combinadas com projetos privados de novas localizações para suas plantas;

- a redução da migração inter-regional para São Paulo, que se refletiu no crescimento urbano das capitais e de outras cidades na periferia nacional, suscitando o crescimento do investimento em indústrias 'leves' e

- a existência de políticas de incentivo ao turismo nacional, principalmente para o Nordeste brasileiro, que se refletiram no estímulo para a inversão em setores impulsionados por essas atividades.

Embora essas forças, em conjunto, acabassem por suscitar alguma desconcentração a partir da maior abertura comercial, parece haver uma tendência de inflexão desse processo em direção à reconcentração econômica (CANO, 1998).

O importante, entretanto, é o fato de que houve desconcentração mesmo em uma conjuntura de crise econômica e que a acumulação de capital no país continua sendo comandada a partir de São Paulo. Isto é, a economia paulista continua sendo o centro dinâmico da economia nacional, principalmente porque o desenvolvimento capitalista no Brasil implicou na montagem de uma estrutura produtiva com fortes vínculos de complementaridade inter-regional, com a economia de São Paulo.

Segundo Trintin (2001), essa questão é muito importante, principalmente no período recente, porque foi a partir da integração produtiva do mercado nacional e de seus desdobramentos em

termos de desconcentração produtiva que se legou uma configuração econômica espacial ao país extremamente distinta da que havia décadas atrás, uma vez que as possibilidades de seu desenvolvimento estavam na forma complementar de suas economias.

Segundo Pacheco (1998), isso significa que, embora tenha ocorrido desconcentração econômica no país, esta resultou em uma forma específica de integração das regiões no mercado nacional e internacional, ou seja, suas inserções passaram a ocorrer de modo bastante especializado, dado que a essas regiões só restavam a possibilidade de se desenvolver especializando-se na produção de manufaturas, notadamente de bens de consumo não duráveis, intermediários e produtos agrícolas voltados ao mercado nacional, ou com o objetivo de atender à própria região, mas concorrendo nesse espaço com a produção nacional.

Esse tipo de articulação entre o centro dinâmico e as regiões especializadas, segundo Guimarães Neto (1995), engendrou um tipo de desenvolvimento denominado ilhas de prosperidade. Sua maior integração produtiva no mercado nacional lhes possibilitou galgar algum desenvolvimento com diferenciação da estrutura produtiva, seja produzindo para o centro dinâmico nacional, seja direcionando sua produção para o exterior, principalmente após a abertura comercial. Em muitos desses casos, o desenvolvimento dessas regiões, guardadas as devidas proporções, assemelhava-se ao das denominadas economias de enclave, que pouco contribuíram para o desenvolvimento das forças produtivas onde se encontram inseridas.

Nesse sentido, cabe a observação de Cano (1998) de que, apesar de essas estruturas produtivas serem especializadas, em decorrência da própria complementaridade estabelecida, há de se considerar que as regiões foram historicamente mais especializadas do que são atualmente e esse processo de integração produtiva lhes possibilitou engendrar algum desenvolvimento industrial e, portanto, diferenciar suas estruturas produtivas ao longo do tempo.

Pacheco (1998), entre outros aspectos, ressalta a existência de novas forças que podem atuar tanto no sentido da concentração quanto da desconcentração produtiva. Dentre as que atuam no sentido da desconcentração espacial, por exemplo, estão as mudanças tecnológicas, que passam a reduzir os custos dos investimentos; a abertura comercial, que pode favorecer o surgimento de focos de exportação; a proximidade do cliente final para diversas atividades; o papel da logística nas decisões de

localização dos estabelecimentos, entre tantos outros elementos. Por outro lado, entre as que atuam no sentido da concentração estão: melhor oferta de recursos humanos qualificados; maior e melhor dotação de infraestrutura econômica, urbana e social; proximidade de mercados consumidores de renda mais elevada; maior proximidade de centros de produção de conhecimentos e de tecnologia, entre outras.

Dessa forma, essas novas tendências parecem indicar o surgimento de um novo processo, que reforça a heterogênea realidade social brasileira e regional, com a agravante de que podem exacerbar as tendências, tanto de concentração espacial da estrutura produtiva quanto de criação de novas e dispersas 'ilhas de prosperidade' por todo o território brasileiro, porém com pouco ou nenhum nexo de relações interindustriais com a matriz produtiva da economia nacional.

Para Pacheco (1998), o importante é que as regiões que apresentaram maior dinamismo passaram a estabelecer novas formas de articulação com outros mercados, especialmente o mercado externo, em face da maior abertura comercial nos anos 1990. Isso decorreu do processo de globalização da economia nacional, que vem reforçando as estratégias de especialização regional por parte das empresas líderes, uma vez que estão se conformando como grandes redes mundiais com núcleos regionais. Assim sendo, os impactos regionais do processo de mundialização do capital são muito seletivos e tendem a acentuar a tendência de concentração espacial do progresso técnico, que é próprio do sistema econômico capitalista.

Em razão dos aspectos apontados até aqui, cumpre qualificar como esse processo ocorreu na economia paranaense, isto é, ela reforçou seu papel de produtora de bens primários, bens intermediários e bens de consumo não duráveis ou se inseriu, também, como produtora de bens duráveis de consumo e bens de capital. Para tanto, na próxima seção faz-se uma análise das modificações na estrutura produtiva de sua indústria com o objetivo de evidenciar quais setores estão aumentando sua participação no conjunto da produção estadual.

O processo de diversificação da estrutura produtiva industrial paranaense

Com o propósito de se evidenciar os efeitos deste processo de desenvolvimento sobre a economia paranaense, centra-se a análise na crescente diversificação no sistema produtivo industrial do Estado e na perda de importância relativa dos setores industriais tradicionais do Estado e que tiveram uma representação muito importante na estrutura da

produção industrial da economia paranaense. Além disso, procurar-se-á analisar o impacto dessas mudanças sobre a estrutura da produção regional paranaense com o objetivo de evidenciar se está ocorrendo uma especialização produtiva dessas regiões como prognosticado por alguns autores que discutem a questão regional no Brasil.

A diversificação industrial

A década de 1970 representa para o Estado do Paraná o marco das grandes transformações. Estas mudanças são oriundas de dois grandes movimentos: o primeiro resultou da política de modernização e diversificação da agropecuária nacional, quando coube ao Sul do país papel relevante neste processo; o segundo decorreu de um movimento mais geral de integração ao mercado nacional, com consequente desconcentração da produção industrial no país, seguido de um movimento de espraiamento da economia industrial paulista. Foi nesta década que a indústria estadual tomou impulso e ganhou importância relativa frente à agricultura moderna que se consolidou no estado e se tornou um dos principais setores na geração da renda interna da economia estadual.

Dentre as mudanças ocorridas na estrutura do setor industrial toma relevância a perda de importância relativa dos gêneros considerados 'tradicionais', tais como: produtos alimentares, madeira e têxtil. Estes detinham grande participação no valor da transformação industrial do Estado do Paraná até o início da década de 1970 e passaram a ceder espaço perante os gêneros que implicavam em maior elaboração e de tecnologias mais desenvolvidas, como química e o grupo da metal mecânica que se fortaleceram a partir dos anos 1970.

Apesar da perda de importância relativa no conjunto estadual dos gêneros mencionados, isto não representou um processo de estagnação, pois a exemplo do gênero, produtos alimentares ainda permaneceram como importantes na estrutura da indústria estadual e o que é mais relevante se modernizaram a partir desse período face as exigências da maior integração ao mercado nacional.

A partir da década de 1980 houve uma perda de capacidade do setor público em realizar investimentos no setor produtivo, devido ao esgotamento do padrão de financiamento que se manifestava através da crise da dívida externa, da crise financeira do Estado e do aumento das taxas de inflação. Assim, a política econômica nesta década foi marcada por estratégias de curto prazo, principalmente voltadas para a resolução dos

problemas da crise da dívida externa e controle do processo inflacionário, sem qualquer medida voltada a uma política industrial de longo prazo, que visasse à modernização do setor produtivo com vistas a sua inserção competitiva no mercado internacional.

Em relação à economia paranaense, que entrava nesta década sentindo os efeitos dos investimentos realizados ainda nos anos 1970, fruto das inversões oriundas dos incentivos fiscais e financeiros proporcionados pelo governo estadual quanto a atração de investimentos industriais e do espraiamento paulista, não tardou para apresentar sinais de desaceleração. No início dos anos 1980 as taxas de crescimento do produto industrial paranaense caíram para 4,0% em 1981, contra uma taxa observada de 23,3% no ano anterior, seguida de sucessivas taxas negativas até o ano de 1984. A recuperação só aconteceu a partir do ano de 1985, quando o produto industrial paranaense apresentou uma taxa de crescimento de 11,5%, seguida de taxas positivas até o final da década. Os resultados desta conjuntura refletiram-se em um crescimento médio anual de 4,7% (TRINTIN, 2001, p. 151).

Em outros termos, se os efeitos da desaceleração do ritmo de crescimento pesaram fortemente sobre o setor industrial brasileiro, para o Paraná se mostraram bastante diferenciados ao longo do período, pois apresentou um crescimento superior ao observado para o conjunto da economia brasileira. Isso decorre do fato de a base produtiva da indústria paranaense ser à época fortemente atrelada ao complexo agroindustrial e, devido ao seu bom desempenho, acabou puxando as taxas para cima, compensando as perdas deste setor, principalmente comandadas pelo gênero químico e de alimentos.

Segundo Trintin (2011), a partir de meados dos anos 1980 se tem maior inserção da indústria paranaense na economia nacional. Em outros termos, o mercado doméstico gradativamente foi perdendo importância no escoamento da produção estadual e, portanto, na determinação da dinâmica da sua indústria. Ao mesmo tempo, as aquisições da indústria estadual de matérias-primas, bens de capital e bens intermediários também se deslocaram do mercado paranaense para o mercado nacional e, embora com menos intensidade, para o mercado internacional. Com isto, a indústria constituiu vínculos mais fortes e qualitativamente diferentes com esses mercados.

Este processo de diversificação, modernização, concentração espacial e estabelecimento de vínculos quantitativamente e qualitativamente diferentes com os mercados nacional e internacional vão se

aprofundar a partir dos anos 1990, quando novamente o governo estadual entra em cena com a entrada do Paraná na denominada 'guerra fiscal', e se faz concessão de incentivos fiscais e financeiros com vistas a atrair investimentos para o Estado, aproveitando-se do cenário nacional de entrada de capitais.

Os efeitos desses investimentos sobre a estrutura produtiva industrial reforçou a tendência que vinha se observando desde os anos setenta quando os gêneros denominados tradicionais perdiam importância relativa ante os que haviam sido implantados durante o ciclo expansivo da década de 1970 e que tiveram seus efeitos somente nos anos 1980. Essas informações são evidenciadas por meio da Tabela 1, ao revelar que as participações das indústrias de produtos alimentares, têxtil, madeira, bebidas e mobiliário declinaram em suas participações relativas no conjunto da renda da indústria estadual, passando de um total de 42,46%, em 1985, para participarem com 25,87%, em 2008 e 25,57% em 2011. Das indústrias que se implantaram nos anos 1970 e receberam novos investimentos nos anos 1990 a que mais se destacou foi a de material de transporte, que saiu de uma participação de 4,04%, em 1985, para participar com 9,49% em 1998, 19,79%, em 2008 e 21,95% em 2011, fruto dos investimentos no setor automobilístico no estado.

Tabela 1. Participação dos principais setores industriais no valor adicionado da indústria de transformação do Paraná: 1985-2011.

Gêneros	1985	1998	2008	2011
Minerais Não Metálicos	5,02	5,52	2,80	3,01
Metalúrgica	2,21	3,35	4,88	5,24
Mecânica	5,41	6,09	4,43	4,76
Material Elétrico e Eletrônico	4,41	5,65	4,72	5,49
Material Transporte	4,04	9,49	19,79	21,95
Madeira	7,21	5,33	3,88	2,86
Papel e papelão	6,11	6,18	6,34	6,81
Química	25,07	25,08	24,87	20,97
Têxtil	3,81	1,14	1,14	1,08
Produtos Alimentares	26,26	13,3	17,07	16,96
Bebidas	1,91	3,74	1,78	1,86
Mobiliário	3,27	1,93	2,00	2,81
Total	94,73	86,80	93,7	93,79

Fonte: Trintin (2001) e Ipardes (2008, 2011).

Segundo estudos do Ipardes (1991), é necessário fazer algumas considerações acerca da análise sobre estes setores, notadamente, os da metal mecânica. Em primeiro lugar, este grupo de indústrias participa da indústria paranaense com muito menor peso do que o fazem na indústria nacional, portanto, mesmo que seu crescimento tenha sido excepcional, não representava à época avanços significativos da participação do Paraná no total nacional, dado que crescem a partir de bases pequenas. Em segundo lugar, esses gêneros estão

entre os que mais sentiram os efeitos da crise e tiveram suas taxas de crescimento reduzidas durante a década de 1980, mas, apesar disso, continuaram se expandindo no Estado, haja vista que apresentaram tendência de voltar-se a mercados mais amplos revelando que os segmentos implantados apresentam condições de competir no mercado nacional e internacional.

Estes dados tornam-se importantes porque os ramos 'dinâmicos' aumentaram sua participação relativa no conjunto estadual até meados dos anos 1980, comandados pelo gênero químico, seja em razão da expansão do complexo soja ou pela unidade da Petrobrás instalada em solo paranaense. A partir desse período, este comando passou a estar centrado em outros gêneros, notadamente nos bens de consumo duráveis, intermediários e de bens de capital.⁴

Entre as denominadas indústrias tradicionais, chama atenção a recuperação da participação do setor de alimentos, devido aos investimentos recebidos nos anos 1990 de modernização deste segmento industrial, sendo que em muitos casos muitas unidades produtivas foram incorporadas pelo capital estrangeiro que migrou para o Estado. Em outros termos, o Paraná também passou por um processo de fusão e aquisição de suas empresas à semelhança do observado na economia nacional.

Se considerarmos apenas o grupo de indústrias da metal mecânica em seu conjunto, sua participação relativa no período saltou de 16,07%, observados em 1985, para 24,58% em 1998 e, posteriormente, elevando-se para 33,82% em 2008 e 37,44% em 2011, em razão da maior participação do grupo material de transporte.⁵

Outra mudança importante que é decorrente dos investimentos realizados nos denominados segmentos modernos nos anos 1980 e mais recentemente nos anos 1990 com os destinados ao setor automobilístico na região metropolitana de Curitiba, é a que se observa em relação à distribuição do produto industrial paranaense por categoria de uso. Nota-se, por meio da Tabela 2, que os ramos predominantemente produtores de bens de capital foram os que apresentaram maior crescimento na sua participação relativa no período analisado, quando saíram de uma participação no total estadual de 13,87%, em 1985, para participar com 21,23% em 1998, 26,94% em 2008 e 32,20% em 2011. Tal fato, por si, evidencia uma diferenciação do aparelho produtivo industrial do

⁴Ver, Trintin (2001).

⁵As indústrias 'tradicionais' participavam com 77,43% do total estadual em 1970 e as dinâmicas, inclusive Química, com apenas 22,57%.

Estado⁶, o que nos induz a aceitar que o Paraná ganha em importância na produção de bens de capital.

O grupo de indústrias de bens intermediários praticamente não alterou sua participação relativa no conjunto estadual e, embora tenha apresentado elevação na década de 1990, declinou para os patamares observados nos anos 1980, chegando a aproximadamente a 39,0% em 2011. Provavelmente esse declínio se deve aos efeitos da queda das taxas de crescimento da economia brasileira em seu conjunto, que neste ano já se desacelera em relação ao ano anterior. Quanto ao grupo de indústria de bens de consumo não duráveis, que apresentava elevada participação no produto industrial até meados da década de 1970, vem perdendo importância relativa, uma vez que, de uma participação de 35,6% observada em 1985, declinou para cerca de 24,0% em 1998 e permanecendo nesses patamares uma década depois (em 2008 com 24,6% e em 2011 com 22,8%), conforme Tabela 2.

Tabela 2. Participação dos principais gêneros industriais no valor adicionado da indústria do Paraná, por categoria de uso, de 1985 - 2008.

	1985	1998	2008	2011
Bens de Consumo Não Durável	35,58	23,79	24,56	22,83
Produtos Alimentares	26,26	13,3	17,07	16,96
Bebidas	1,91	3,74	1,78	1,86
Têxtil	3,81	1,14	1,14	1,08
Vestuário e Calçados	0,69	1,74	1,19	2,09
Perfumaria, Sabões ...	0,12	0,64	2,48	0,70
Farmacêutica	0,07	0,51	0,76	0,15
Fumo	2,71	2,73	0,14	0,15
Bens Intermediários	40,95	43,88	41,62	38,96
Minerais Não Metálicos	5,02	5,52	2,8	3,01
Metalúrgica	2,21	3,35	4,88	5,24
Papel Papelão	6,11	6,18	6,34	6,81
Borracha	0,25	0,15	0,35	0,38
Química	25,07	25,08	24,87	20,97
Couros, Peles,...	0,61	0,49	0,19	0,20
Materiais Plásticos	1,68	3,1	2,19	2,35
Bens de Consumo Durável e Bens de capital	13,87	21,23	26,94	32,20
Mecânica	5,41	6,09	4,43	4,76
Material Elétrico e Comunicação	4,41	5,65	4,72	5,49
Material Transporte	4,04	9,49	17,79	21,95
Total	89,79	88,41	93,12	93,99

Fonte: Trintin (2001) e Ipardes (2008, 2011).

Estes dados evidenciam que a dinâmica da economia estadual não está mais só atrelada à produção de bens de consumo não duráveis e de bens intermediários, com destaque para a química que sozinha representava o maior complexo

⁶Conforme Trintin (2001), este aumento de participação relativa deste segmento industrial esta atrelado aos investimentos realizados no gênero material de transporte, que num primeiro momento, contou com os investimentos realizados pela VOLVO S/A, que tem sua produção concentrada na produção de ônibus e caminhões. Esta empresa foi a maior exportadora de caminhões do país nos anos oitenta, pois foi responsável pela fabricação de 71,7, 85,4 e 76,7% dos veículos exportados em 1982, 1983 e 1986. Nos anos noventa, embora esta empresa apresente maior possibilidade de flexibilização do mix de comercialização, há previsões no sentido de que as exportações continuem respondendo com parcela expressiva do faturamento da empresa, sobretudo para os mercados da América Latina, notadamente, para o Uruguai, Peru e Chile.

industrial deste segmento, como se observava nos anos 1970, mas também pelos segmentos de bens de capital e de consumo durável, uma vez que nesta década este grupo aumentou consideravelmente sua participação na geração do valor adicionado do Estado.

Segundo Trintin (2001), o Paraná, mesmo em um contexto de baixas taxas de crescimento observadas nos anos 1990 e princípios dos anos 2000, tem experimentado significativo avanço em direção ao desenvolvimento de suas forças produtivas e maior inserção econômica junto ao mercado nacional, e bem mais complexa se comparada com a apresentada em apenas duas décadas. Isto é resultado do expressivo crescimento da participação relativa dos bens de consumo durável e bens de capital, frente aos bens de consumo não durável, no total das vendas do setor ao longo do período em análise.

De forma conclusiva, pode-se afirmar que os dados evidenciam crescente mudança no perfil produtivo do setor industrial no estado, fruto dos esforços realizados no sentido de se modificar a economia paranaense e inseri-la nos padrões de competição determinados pela economia mundial.

A concentração espacial da produção industrial paranaense

Outro aspecto interessante e ao mesmo tempo intrigante é relativo ao processo de concentração espacial da indústria estadual, que desde o início dos anos 1980 tende a se localizar na região metropolitana de Curitiba, principalmente em decorrência dos fortes incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo governo estadual aos grandes grupos empresariais para se instalarem no Paraná, mais especificamente na Cidade Industrial de Curitiba e seu entorno. Isso tem contribuído para que nas últimas décadas esta mesorregião passasse a contar não só com os segmentos modernos e dinâmicos que dinamizaram sua economia nos anos 1970, mas também com os demais segmentos relacionados a ele. O reflexo disso é que em 1998, conforme Trintin (2006, p. 152), dos oito gêneros mais importantes em termos de geração de renda, seis deles tinham sua produção fortemente concentrada nesta microrregião, visto que responderam com uma participação relativa acima de 70% do valor adicionado gerado no Estado.

Embora este aspecto seja extremamente problemático e revele a natureza do processo de desconcentração da economia nacional que, em última instância, priorizou determinados espaços através da instalação de distritos industriais, isto não se traduziu em estagnação econômica das demais mesorregiões que compõem o Paraná, uma vez que

muitas delas vêm apresentando um importante processo de diferenciação de suas estruturas produtivas, inclusive, ganhando importância relativa na produção de gêneros importantes da indústria estadual, principalmente a partir de 1985. Porém, esse processo veio acompanhado de forte concentração espacial à semelhança do que ocorreu em São Paulo.

Os dados evidenciam a grande concentração da produção industrial do Estado na mesorregião de Curitiba, conforme Tabela 3. Esse fenômeno, de certo modo, é até esperado uma vez que a grande maioria dos projetos de investimentos implementados pelos governos que se sucederam desde os anos 1970 do século passado foram pensados para contemplar essa mesorregião. Assim foi com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba nos anos 1970 e com a instalação das montadoras de veículos e os novos investimentos nos anos 1990.

Tabela 3. Participação das mesorregiões paranaenses no valor adicionado da indústria de transformação, 2000, 2008 e 2011.

Grandes Regiões	2000	2008	2011
Centro-Ocidental Paranaense	0,48	0,80	0,87
Centro-Oriental Paranaense	8,43	8,77	7,97
Centro-Sul Paranaense	2,29	1,48	1,09
Metropolitana de Curitiba	60,98	66,98	63,91
Noroeste Paranaense	1,73	2,62	4,45
Norte Central Paranaense	9,04	10,45	12,00
Norte Pioneiro Paranaense	1,29	1,56	1,62
Oeste Paranaense	12,22	4,48	4,94
Sudeste Paranaense	1,42	0,97	1,08
Sudoeste Paranaense	2,12	1,88	2,07
Total Paranaense	100,00	100,00	100,00

Fonte: Iparides (2008, 2011). Elaboração própria.

Isso significa que muitas regiões do Estado nas últimas décadas passaram ao largo desses investimentos. Porém, não significa que tenham estagnado em termos de transformação de sua estrutura produtiva industrial. Para evidenciar este processo, tem-se que nos anos 1970, grande parte dos investimentos realizados objetivou a produção de veículos de grande porte (ônibus, caminhões e tratores) e a instalação de uma unidade da Petrobrás (setor Químico), entre outros. Porém, também veio para o Estado investimentos voltados para a instalação de indústrias processadoras de matérias primas da agricultura, notadamente da soja. Isto fomentou o desenvolvimento do setor industrial atrelado a transformação dessas matérias primas, bem como à produção de máquinas e equipamentos utilizados no campo, colocando o interior na perspectiva do desenvolvimento econômico à época, tanto que o agronegócio paranaense se constituiu como um dos mais importantes do país.

Para reforçar essa ideia, toma-se a Tabela 3 e observa-se que excluindo a mesorregião de Curitiba, das nove apontadas, praticamente sete delas

mantiveram suas participações relativas no conjunto estadual, haja vista que a diferença de um período para outro é muito pequena tanto para baixo quanto para cima e apenas uma delas declinou, caso da mesorregião do Oeste Paranaense, que passou de 12,22% em 2000 para apenas 4%, 48% em 2008 e 4,94% em 2011. Portanto, reforça-se a tese de que os investimentos realizados nos anos 1990, de fato, reforçaram ainda mais a região metropolitana de Curitiba e pouco efeito tiveram sobre o desenvolvimento de grande parte do interior paranaense. Exceção à regra são os casos da mesorregião do Norte Central e Centro-Oriental paranaense, uma vez que uma elevou em um ponto percentual sua participação relativa e a outra praticamente manteve sua participação em oito pontos percentuais no período.

Isso não significa dizer que esse processo veio acompanhado de estagnação para as demais regiões do interior do Estado, mas que, apesar disso, em determinadas áreas se conseguiu manter as mesmas taxas de crescimento observadas pela mesorregião de Curitiba, região que recebeu maior número de investimentos desde os anos 1970.

Em outros termos, apesar de a mesorregião de Curitiba ter recebido grande parte dos investimentos, inclusive, elevando em três pontos percentuais sua participação relativa no conjunto estadual ao longo do período, as demais regiões conseguiram acompanhar o crescimento da renda estadual. Esses dados são importantes porque marcam, de certo modo, a força da economia do interior do Estado.

Para evidenciar este aspecto, o artigo apresenta a Tabela 4, a qual toma como referência os dados agrupados por categoria de uso. Observa-se que no ano 2000, a maioria das mesorregiões do interior do Estado tem sua produção voltada para a produção de bens de consumo não duráveis e ou bens intermediários. Na produção de bens de consumo não duráveis, predomina a participação de setores Produtos Alimentares, Têxtil e Confecções de Artigos do Vestuário. Os dois primeiros são setores fortemente atrelados a transformação de matérias primas da agropecuária, soja, carnes e algodão; enquanto o setor de Confecções de Artigos do Vestuário, embora nas últimas décadas tenha incorporado significativas inovações no seu processo produtivo e na sua gestão, caracteriza-se por ser um dos setores mais tradicionais da indústria estadual e brasileira.

Quanto aos bens intermediários, predominava os setores de Química, Papel e Papelão e a indústria da Madeira como os principais na geração da renda.

Tabela 4. Participação das mesorregiões no valor adicionado da indústria de transformação do Paraná, por categoria de uso, 2000.

Categoria de Uso \ Mesorregiões	Curitiba	Norte Central	Centro Sul	Centro Oriental	Noroeste	Sudoeste	Sudeste	Oeste	Norte Pioneiro	Centro Ocidental
Bens de Consumo Não Duráveis	12,00	44,00	11,75	24,53	76,52	65,43	10,75	75,16	26,58	62,68
Produtos Alimentares	4,68	27,54	10,37	13,76	57,29	52,65	9,37	65,97	19,54	27,33
Bebidas	2,28	2,76	0,65	8,52	0,45	0,14	0,01	2,29	0,32	0,00
Têxtil	0,53	4,55	0,01	1,90	3,21	0,68	0,38	1,95	5,71	22,98
Vestuário e Calçados	0,27	5,84	0,35	0,14	15,15	11,53	0,15	3,14	0,38	10,14
Perfumaria, Sabões ...	1,62	0,42	0,00	0,01	0,35	0,42	0,02	0,31	0,49	0,06
Farmacêutica	0,66	0,20	0,07	0,02	0,07	0,00	0,00	0,56	0,01	1,60
Fumo	0,51	0,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,68	0,00	0,00	0,00
Editorial e gráfica	1,45	2,05	0,31	0,18	0,39	0,01	0,13	0,94	0,15	0,57
Bens Intermediários	55,44	37,64	86,36	71,95	9,41	29,88	85,34	17,61	71,25	18,89
Minerais Não Metálicos	6,00	1,88	0,81	0,28	3,58	1,72	11,85	2,58	1,01	1,26
Metalúrgica	3,10	3,18	0,63	1,66	1,91	19,39	0,61	4,12	0,37	5,65
Papel Papelão	1,44	1,02	34,21	61,59	0,35	0,62	22,67	0,97	0,03	0,46
Borracha e Matérias Plásticas	3,44	7,81	0,25	0,65	0,57	3,91	0,68	1,65	0,18	0,48
Química	37,18	20,76	4,35	1,17	2,99	3,91	6,37	2,83	4,09	9,32
Couros, Peles,...	0,08	1,91	0,15	0,02	0,00	0,10	0,07	0,53	0,00	0,01
Madeira	4,21	1,07	45,97	6,58	3,49	0,23	43,11	4,93	65,56	1,71
Consumo Durável e Bens de Capital	32,27	17,92	1,73	2,64	2,83	4,69	3,91	7,23	2,17	18,27
Mecânica	4,58	3,65	0,36	0,84	1,77	1,93	0,60	1,78	0,18	0,81
Material Elétrico e Comunicação	10,27	2,64	0,02	0,13	0,55	2,34	2,44	0,57	0,26	0,97
Material Transporte	16,20	1,51	0,28	0,30	0,50	0,31	0,04	0,56	0,18	0,05
Mobiliário	1,22	10,13	1,07	1,37	6,61	0,10	0,84	4,05	1,52	16,45

Fonte: Iparde (2008). Elaboração própria.

Se considerarmos a mesorregião do Norte Central e a do Centro-Oriental, que são as mais importantes do interior paranaense na atualidade, percebe-se que no início dos anos 2000, somente a do Norte Central era mais diversificada, uma vez que também se destacava na produção de bens de consumo duráveis e bens de capital. Porém, quando se analisa os dados de maneira desagregada, observa-se que o setor de mobiliário tem um peso relativamente alto neste segmento de indústrias, com mais da metade do grupo. No grupo das intermediárias, tem forte peso o setor químico, com a produção de defensivos agrícolas que participou com 46,60% do total do grupo e a produção de álcool com uma participação de 33,11%. Estes dois setores em conjunto somaram 79,71% do total do grupo das indústrias químicas. Por sua vez, o setor de borracha e matérias plásticas também teve destaque no grupo das indústrias intermediárias com uma participação de 7,81%.

Por sua vez, a mesorregião de Curitiba no mesmo período apresentava grande participação na produção do segmento de bens de consumo intermediários, bens de capital e consumo duráveis, cerca de 55,0 e 32,0%, respectivamente. Na produção de intermediários prevalecia o setor químico, devido ao forte peso da Petrobrás que tem uma refinaria em Araucária, sendo que no grupo a unidade da Petrobrás participou, em 2000, com aproximadamente 85%. No grupo de indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e bens de capital, prevalece a produção de material de transporte e material elétrico e de comunicação, com 16,20 e 10,27%, respectivamente. O grupo de indústrias produtoras de veículos automotores e utilitários participou com 70,84% no ano de 2000 do

total do setor de material de transporte. Portanto, setores esses que foram beneficiados com as políticas de atração de investimentos dos anos noventa, setores que agregam mais valor aos seus produtos se comparado à produção das demais regiões do interior do Estado.

Ao final da década dos anos 2000, observa-se poucas mudanças nessa configuração da produção industrial regional do Estado, mas que se aprofundou o abismo existente entre o interior e a mesorregião de Curitiba no tocante a produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Tomando-se a Tabela 5, verifica-se que esse grupo de indústrias elevou ainda mais sua participação relativa na composição da produção dessa região, pois aumentou sua participação para 41,51% do conjunto regional em 2008 (Tabela 5), contra 32,27% dos anos 2000 (Tabela 4).

Esta maior participação desse grupo se deve à elevação da participação das indústrias produtoras de material de transporte, notadamente da produção de veículos automotores e utilitários que no grupo de material de transporte representa 87,67% do valor adicionado. Isso evidencia o peso relativo desse grupo de indústrias na mesorregião de Curitiba.

Quanto à mesorregião Norte Central, observa-se que houve uma perda de importância relativa para o grupo das indústrias intermediárias (passa de 37,64% em 2000 para 29,11% em 2008 e 24,92% em 2011) e ganho de participação relativa para os setores produtores de bens de consumo não duráveis (passa de 44,00% em 2000 para 48,37% em 2008 e 46,56% em 2011) e para o setor produtor de bens de capital e bens de consumo duráveis (passa de 17,92% em 2000 para 22,51% em 2008 e 28,52% em 2011) conforme Tabelas 4, 5 e 6.

Tabela 5. Participação das mesorregiões no valor adicionado da indústria de transformação do Paraná, por categoria de uso, 2008.

Categoria de Uso \ Mesorregiões	Curitiba	Norte Central	Centro Sul	Centro Oriental	Noroeste	Sudoeste	Sudeste	Oeste	Norte Pioneiro	Centro Ocidental
Bens de Consumo Não Duráveis	11,14	48,37	35,32	21,43	70,05	65,19	17,60	81,60	61,35	47,52
Produtos Alimentares	7,08	34,14	13,95	15,84	58,91	59,88	11,96	74,58	52,28	37,61
Bebidas	1,21	2,92	20,81	3,74	0,42	0,01	0,03	0,47	0,49	0,00
Têxtil	0,86	2,14	0,50	1,70	0,56	0,00	0,00	0,71	4,96	7,80
Vestuário e Calçados	0,06	4,30	0,05	0,03	9,75	4,32	5,47	1,55	2,68	1,98
Perfumaria, Sabões ...	0,64	0,00	0,00	0,00	0,37	0,16	0,00	0,05	0,42	0,00
Farmacêutica	0,19	4,28	0,00	0,01	0,00	0,00	0,07	4,19	0,00	0,09
Fumo	0,18	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04
Editorial e gráfica	0,91	0,47	0,00	0,10	0,04	0,82	0,07	0,05	0,52	0,00
Bens Intermediários	47,35	29,11	63,75	73,72	27,03	11,77	73,55	11,90	20,51	29,10
Minaerais Não Metálicos	3,87	0,75	0,22	0,22	0,48	0,19	8,08	0,18	0,61	0,02
Metalúrgica	5,79	4,38	2,74	2,44	0,29	4,54	0,04	2,99	3,91	0,44
Papel Papelão	1,43	1,25	30,39	49,55	0,20	1,35	31,14	1,21	0,30	8,98
Borracha e Matérias Plásticas	2,18	7,26	0,17	1,77	0,05	3,28	1,00	2,03	0,93	0,36
Química	31,48	15,04	0,76	5,66	25,71	0,14	6,33	4,54	8,64	19,12
Couros, Peles,...	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Madeira	2,59	0,43	29,47	13,97	0,31	2,12	26,95	0,94	6,12	0,19
Bens de Consumo Durável e Bens de Capital	41,51	22,51	0,92	4,96	2,92	23,04	8,86	6,50	18,14	23,16
Mecânica	1,60	2,94	0,00	0,38	0,43	1,06	0,68	2,88	2,59	0,84
Material Elétrico e Comunicação	5,88	3,18	0,00	0,00	0,36	16,23	2,04	0,11	4,13	6,75
Material Transporte	32,68	3,95	0,00	0,65	0,09	0,88	4,45	1,58	7,19	0,00
Mobiliário	0,51	10,23	0,88	1,98	1,92	4,87	1,68	1,77	4,23	15,58

Fonte: Iparde (2008). Elaborada pelos autores.

Tabela 6. Participação das Mesorregiões no Valor Adicionado dos principais gêneros da Indústria de Transformação do Paraná, por categoria de uso, 2011.

Categoria de Uso/Mesorregiões	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste
Bens de Consumo Não Duráveis	44,18	18,77	38,32	10,95	72,47	46,56	53,69	76,56	16,36	50,39
Produtos Alimentícios	32,97	12,56	14,67	7,35	51,79	30,42	46,98	66,16	11,09	42,95
Bebidas	0,02	4,55	20,40	1,36	0,21	2,75	1,46	1,22	0,09	0,08
Têxteis	4,03	1,32	1,99	0,88	2,29	1,76	1,76	0,48	0,11	0,21
Vestuário e calçados	7,04	0,13	1,18	0,31	18,10	8,65	2,77	3,76	3,65	5,41
Farmoquímicos e Farmacêuticos	0,03	0,01	0,00	0,25	0,01	2,48	0,04	4,69	0,02	0,64
Fumo	0,00	0,00	0,00	0,21	0,00	0,03	0,00	0,00	1,28	0,00
Editorial e gráfica	0,08	0,20	0,08	0,59	0,06	0,47	0,67	0,25	0,12	1,10
Bens Intermediários	25,73	73,52	59,20	39,96	22,44	24,92	9,52	9,08	70,04	15,32
Minaerais Não Metálicos	0,72	0,64	1,32	3,77	1,22	1,49	2,43	1,51	7,34	1,26
Metalurgia	0,12	1,92	0,05	2,60	0,03	1,39	0,88	0,98	0,07	1,31
Borracha e de Material Plástico	1,10	3,40	3,18	2,45	0,31	6,32	0,85	2,15	2,30	3,21
Papel, celulose	8,18	50,49	34,00	1,44	0,27	1,32	0,50	0,54	31,03	4,76
Química	14,93	5,08	2,11	27,79	20,09	13,80	3,20	2,96	5,15	0,61
Madeira	0,69	12,00	18,54	1,92	0,51	0,60	1,65	0,94	24,16	4,17
Consumo Durável e Bens de Capital	30,09	7,71	2,48	49,08	5,09	28,52	36,79	14,36	13,60	34,29
Material elétrico e comunicação	7,34	0,01	0,02	7,15	0,63	3,91	3,25	0,46	1,22	16,01
Material de transporte	0,03	0,35	0,12	33,10	0,30	3,81	16,74	3,63	9,32	0,73
Metal mecânica	3,54	4,43	0,88	8,15	1,61	8,23	11,89	7,54	1,84	9,93
Mobiliário	19,18	2,92	1,47	0,68	2,55	12,58	4,92	2,72	1,22	7,62

Fonte: Iparde (2011). Elaborada pelos autores.

Quanto ao ganho de participação do grupo de bens de consumo não duráveis, está atrelado ao aumento da participação do setor de produtos alimentares, que evoluiu de uma participação de 27,54% para 34,14% em 2008 e para 30,42% em 2011⁷.

Em relação ao grupo de indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital, observa-se que houve um aumento de participação relativa dos grupos de material elétrico e de comunicação e, principalmente do grupo das indústrias produtoras de material de transporte. Dentre o setor de material de

transporte, toma importância o fato de que a fabricação de cabines, carrocerias e reboques participava com mais de 50% da produção deste grupo de indústrias no ano 2000, seguido do setor produtor de peças e acessórios para veículos automotores com uma participação de 41,50%, portanto, com mais de 90% do grupo. Em 2008, no entanto, esses segmentos perdem participação relativa devido ao crescimento de importância do setor produtor de tratores e de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, uma vez que passou a participar com 18,44% do grupo, enquanto que os setores produtores de fabricação de cabines, carrocerias e reboques participaram com 46,10% e o de fabricação de peças e acessórios para veículos automotores participou com 26,69% em 2008.

⁷Dentre esse grupo, tem importância relativa a fabricação de moagem, fabricação de produtos amiláceos e alimentos para animais com uma participação de 31,41% do grupo, seguido do setor de abate e fabricação de produtos da carne, com 27,95%, óleos e gorduras vegetais com 11,51% e açúcar com 9,24%.

Quanto ao setor de material elétrico e de comunicação, observa-se que os materiais elétricos para veículos (exceto baterias, fabricação de pilhas, bateria e acumuladores elétricos; geradores, transformadores e motores elétricos, e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica) eram os mais representativos em termos de geração de renda do setor nos anos 2000. Em conjunto, respondiam por 57,80% do valor adicionado, sendo que o mais representativo era equipamentos para distribuição e controle de energia que participava com 19,92% da renda do setor. Na década dos anos 2000, houve uma reestruturação do setor sendo que material elétrico para veículos praticamente desapareceu em termos de geração de renda e ganhou importância relativa o segmento de fabricação de componentes eletrônicos, equipamentos de informática e de comunicação, que passou a participar com 10,21% da renda deste setor em 2008. O grupo de indústrias ligadas à fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia continua sendo o mais representativo e aumentou sua participação para 27,84%. Por sua vez, a fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elevou sua participação para 25,17%, enquanto a fabricação de geradores e transformadores participou, em 2008, com 23,12%. Esse grupo de indústrias, em conjunto, totalizou uma participação de 86,34% em 2008, portanto, bem acima do observado no início da década. Isso se deve ao crescimento dos mesmos no período ante os demais grupos e pelo surgimento do setor de componentes eletrônicos e equipamentos de informática.

Em síntese, houve uma diversificação na produção do setor produtor de bens de consumo duráveis e de bens de capital que passou a contar com a produção de tratores e outros equipamentos para a agricultura estadual, a fabricação de componentes eletrônicos e de informática, peças e acessórios para veículos, pilhas e baterias etc. Enfim, está em curso na mesorregião do Norte Central um processo de diversificação da produção industrial, que deixa de estar fortemente atrelada apenas aos produtos do agronegócio e gradativamente avança em segmentos industriais típicos de uma economia urbano-industrial, à semelhança, guardadas as devidas proporções, ao que ocorre na mesorregião de Curitiba.

Esse processo de diversificação apontada para essa mesorregião, no entanto, não se verifica nas demais e o que se observa é uma forte concentração da produção na mesorregião de Curitiba, notadamente nos setores de bens duráveis de consumo e de bens de capital, enquanto as demais mesorregiões 'se especializam' na produção de produtos da agropecuária local e de atividade extrativa da madeira para fabricação de papel e celulose e placas e chapas

para a indústria moveleira. Porém, isso não impediu certa diversificação na região do Norte Central e no Sudoeste paranaense, uma vez que também esta avançando na produção de material de transporte e de material elétrico e de comunicação.

Considerações finais

O processo de diversificação e desenvolvimento industrial do Paraná contou desde a década de 1970 com a atuação do Estado, seja das políticas públicas de desenvolvimento regional elaboradas pelo governo federal ou das políticas de atração de investimentos elaboradas pelo governo estadual que, em última instância, criaram um ambiente industrial propício para a atração de investimentos nos anos setenta com a instalação da Cidade Industrial de Curitiba e mais recentemente, nos anos 1990, quando do novo ciclo de investimentos que se direcionaram para a economia brasileira e o governo do Paraná novamente adotou políticas de atração de investimentos entrando na denominada 'Guerra Fiscal'.

Como resultado desses investimentos, é certa a diferenciação do aparelho produtivo industrial do Estado, mas há evidências de que esse processo de concentração espacial na mesorregião de Curitiba, vem se reduzindo, especialmente no último período da análise. Essa mesorregião tem se fortalecido predominantemente na produção de bens de capital e consumo duráveis, enquanto nas demais mesorregiões do interior do Estado, a produção industrial se concentra mais na produção de bens de consumo não duráveis, predominantemente em produtos alimentares e na produção de bens intermediários, com destaque para as indústrias da madeira, papel e papelão. Ou seja, há um processo de especialização produtiva em certas regiões. Porém, nas mesorregiões do Norte Central, formada pelo eixo Maringá – Londrina, e na Sudoeste, comandada pela produção de componentes eletrônicos, eletrodomésticos e equipamentos e aparelhos elétricos no município de Pato Branco, mostram evidências de maior diversificação econômica, contrariando, de certo modo, as teses de especialização produtiva, bem como a de que o eixo da desconcentração econômica brasileira abrangeria, no Paraná, apenas a região do Norte Central e se prolongaria até Porto Alegre. Em outros termos, apesar de certa especialização produtiva de algumas das mesorregiões há evidências de que a economia paranaense tem apresentado um satisfatório grau de diversificação econômica, portanto, contrariando alguns prognósticos de tendência a especialização produtiva.

Referências

- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 2. ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- DINIZ, C. C. **Capitalismo, recursos naturais e espaço**. 1987. 271f. Tese (Doutorado em Economia)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. São Paulo. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap, 1995.
- IPARDES-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico da base produtiva**. Curitiba: Tabulações especiais, 1991.
- IPARDES-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico da base produtiva**. Curitiba: Tabulações especiais, 2008.
- IPARDES-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico da base produtiva**. Curitiba: Tabulações especiais, 2011.
- PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- SILVA, E. M.; GONÇALVES, W. **Estatística para os cursos de economia, administração e ciências contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- TRINTIN, J. G. **A economia do Paraná: 1985 a 1998**. 2001. 200f. Tese (Doutorado em História Econômica)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- TRINTIN, J. G. **A nova economia Paranaense: 1970 a 2000**. Maringá: Eduem, 2006.
- TRINTIN, J. G. A nova inserção da indústria paranaense: uma análise a partir das transformações dos anos noventa do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 9., 2011, Natal. **Anais...** Natal: Enaber, 2011. 1 CD-ROM.

Received on April 10, 2013.

Accepted on November 1, 2013.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.